

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
UNIR – *CAMPUS* DE CACOAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

JARCILEY RODRIGUES DE ALMEIDA

**UM ESTUDO SOBRE AS INFLUÊNCIAS DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL NO APL DO
MARACUJÁ DO DISTRITO DE ESTRELA DE RONDÔNIA.**

**Trabalho de Conclusão de Curso
Artigo**

Cacoal
2008

JARCILEY RODRIGUES DE ALMEIDA

**UM ESTUDO SOBRE AS INFLUÊNCIAS DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL NO APL DO
MARACUJÁ DO DISTRITO DE ESTRELA DE RONDÔNIA.**

Artigo apresentado à Fundação Universidade
Federal de Rondônia, *Campus* de Cacoal,
como requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof^a. Ms. Estela Pitwak Rossoni.

Cacoal
2008

**UM ESTUDO SOBRE AS INFLUÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO
LOCAL SUSTENTÁVEL NO APL DO MARACUJÁ DO DISTRITO DE
ESTRELA DE RONDÔNIA.**

Por

JARCILEY RODRIGUES DE ALMEIDA

Artigo apresentado à Fundação Universidade
Federal de Rondônia, Curso de Administração,
para obtenção do grau de Bacharel em
Administração, mediante a Banca
Examinadora, formada por:

Presidente

Prof^ª. Estela Pitwak Rossoni – Orientadora/UNIR

Membro

Prof^º. Ms. Marcelo Ferreira Tete - UNIR

Membro

Prof^º. Ms. Antônio Siviero - UNIR

Cacoal
2008

DEDICATÓRIA

A minha mãe, Jandira Rodrigues de Almeida, pelo amor dedicado, pela cumplicidade e por me educar e direccionar no caminho da verdade; ao meu filho Guilherme, razão da minha vida, todo amor e carinho existente.

AGRADECIMENTO

Com admiração, respeito, amor e carinho, palavras às quais se fazem difícil dimensionar, então, melhor deixar com que as atitudes façam valer, trazendo à memória tudo o que um dia foi plantado e a maneira com que os resultados foram colhidos...

A Deus eterno, maravilhoso e fiel o qual me concedeu forças, coragem e garra para agir ante os desafios que surgiram ao seguir nesta caminhada;

A minha mãe Jandira Rodrigues de Almeida, exemplo de força, dedicação e amor;

Ao meu lindo filho, Guilherme Rodrigues Rosato, que entendeu meus períodos de ausência dedicados aos estudos, a você Gui amor eterno;

A minha base, família que tanto amo;

A minha orientadora, o Prof^a. Ms. Estela Pitwak Rossoni pelo apoio e compreensão;

Aos meus colegas de sala, que participaram de minha história durante quatro anos e fizeram diferença em minha vida;

Aos meus amigos e irmãos em Cristo que estiveram comigo nas horas de alegrias e também nos momentos difíceis, intercedendo em oração e demonstrando amor incondicional, revelando o verdadeiro sentido da palavra amizade:

Adenilson Gonçalves;

Alessandra Mara Subtil de Oliveira;

Andréia de Freitas;

George Barbosa da Silva;

Gilvan L. G. Muller;

Jacqueline B. Beccária Muller;

Quêzia Cristina R. Silva;

Lybiane da Silva Rodrigues;

Mário César Nunes;

Nayara B. Beccária;

Orly Monique;

Petrônio F. Toledo;

Paula Moreira Q. de Souza;

Valéria C. Barbosa.

UM ESTUDO SOBRE AS INFLUÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL NO APL DO MARACUJÁ DO DISTRITO DE ESTRELA DE RONDÔNIA.

Jarciley Rodrigues de Almeida ¹

RESUMO

Este trabalho estuda teoricamente os conceitos de desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e desenvolvimento local sustentável (DLS), com intuito de proporcionar, por meio desta cadeia, maior conhecimento sobre o assunto, correlacionando os fatores verificados com a realidade da localidade rural delimitada, o Arranjo Produtivo Local (APL) do maracujá, no distrito Estrela de Rondônia em Presidente Médici. Salienta-se a falta de estratégias para solucionar problemas referentes à renda, oportunidade de empregos e utilização de recursos naturais com visão voltada à conservação ambiental no distrito. Objetiva-se por meio do DLS identificar os benefícios que o APL do maracujá agrega a localidade. Neste cenário lança-se a questão: “O APL do maracujá pode ou não contribuir para o desenvolvimento local sustentável de Estrela de Rondônia?” Este estudo faz alusão ao DLS no APL sendo esta a justificativa para melhoras relacionadas à inclusão social por meio de geração de trabalho e renda como também a maximização dos indicadores de qualidade de vida dos pequenos e médios produtores rurais da localidade. Fazendo uso de bibliografias especializadas, levantamento documental, visita *in loco*, formulários semi-estruturado e destruturado aplicados em entrevista ao gerente do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e a 08 associados da Associação dos Agricultores Familiares do Igarapé Grande, procederam-se o confronto teórico conceitual com a realidade rural, vista ao desenvolvimento local sustentável, concluindo-se que no APL do maracujá há ações que contribuem com o DLS: economicamente, socialmente, porém, o fator ambiental vem gradativamente sendo acordado na consciência dos produtores rurais desta região.

Palavras-chave: APL do Maracujá. Desenvolvimento local sustentável. Desenvolvimento sustentável. Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

Ajustar valores sociais, econômicos e ambientais e dar continuidade aos procedimentos de crescimento para obter a tão falada Sustentabilidade, tem sido um dos assuntos mais comentados, a ponto de chegar a ser alvo do setor privado em investimentos, financiamentos e até mesmo estratégias de *marketing*.

Quando se fala em desenvolvimento local sustentável, se tem a equivocada concepção de aumento no Produto Interno Bruto (PIB), porém este é apenas um dos valores que o tema propõe. Na realidade a maior parte da visão está focada ao objetivo de humanização, criando

¹ Graduanda em Administração pela Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *Campus* de Cacoal, sob a orientação do Estela Pitwak Rossoni.

em uma determinada zona, melhoria de qualidade de vida da população, maior índice de oferta de empregos, desenvolvendo condutas e culturas locais que venham beneficiar a sociedade como um todo, sendo esta uma proposta para minimizar, além dos problemas econômicos, os sociais e ambientais.

Todo esse contexto não abstém as necessidades enfrentadas pelo estado de Rondônia no desafio de desenvolver com sustentabilidade, dando relevância ao município de Presidente Médici, especificadamente, seu distrito, Estrela de Rondônia. É notória a falta de estratégias para solucionar problemas referentes à renda, oportunidades de empregos e utilização de recursos naturais com visão voltada à conservação ambiental. Frente a esta realidade encontra-se o APL do cultivo do maracujá, o qual traz grandes expectativas à população. Deste modo lança-se a seguinte questão: O APL do cultivo de maracujá pode ou não contribuir para o desenvolvimento local sustentável de Estrela de Rondônia?

A justificativa para esta pesquisa está nas propostas da integração do DLS no APL da cultura local do maracujá podendo ser o mesmo uma ferramenta usada na para contribuição em melhorias relativas à: inclusão social por meio de geração de trabalho e renda, maximização dos indicadores de qualidade de vida dos pequenos e médios produtores rurais da localidade e para que os mesmos possam ter a oportunidade de adquirir maiores informações sobre o uso dos recursos naturais, com finalidade de exercer ações ambientalmente corretas.

Este trabalho propõe a identificar os fatores que agregam valores relacionados ao DLS no âmbito: social, econômico e ambiental, bem como correlacionar por intermédio de conceitos científicos os fatos vivenciados na localidade e delimita-se nas questões relativas ao desenvolvimento local sustentável, usando como objeto de análise o APL do cultivo do maracujá na cidade de Presidente Médici, especificadamente em seu distrito, Estrela de Rondônia de onde foram selecionados para as entrevistas os associados da Associação dos Agricultores Familiares do Igarapé Grande. Cabe esclarecer que não foi objetivo desta pesquisa desenvolver arranjos ou técnicas, mas realizar por meio de levantamento bibliográfico, questionários e visita *in loco*, um estudo para identificar oportunidades de melhoria, externando em conceitos teóricos as ferramentas das quais poderão ser utilizadas como propostas de alternativas através do DLS, na medida em que a localidade tem o desafio de dar continuidade aos processos de cultivo, adaptando-se a importância ambiental, visando a sustentabilidade.

Como objetivo geral este estudo de caso tem o direcionamento voltado a identificar os benefícios que o APL da cultura do maracujá agrega a localidade, apontando as práticas dos

agricultores com a finalidade de confrontar, à luz de conceitos teóricos, as ações que se relacionam ao DLS.

Os objetivos específicos são de:

- a) Esclarecer as diferenças entre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade;
- b) Esclarecer o que vem a ser desenvolvimento local sustentável, delimitando o espaço rural, no caso o APL de maracujá em Estrela de Rondônia.
- c) Apontar meios administrativos adequados para a busca do desenvolvimento sustentável;

A abordagem metodológica empregada neste estudo utiliza-se com base a pesquisa aplicada, com método qualitativo, do ponto de vista descritivo usando os seguintes procedimentos para maior esclarecimento sobre o tema: pesquisa exploratória, descritiva, baseada em levantamentos bibliográficos em livros, pesquisas em sites, levantamento documental, dados secundários, e de campo com visitas *in loco*, instrumento de coleta do tipo formulário estruturado adaptado de acordo com Barreto *et al.* (2005), dados primários.

Por outro lado, a relevância acadêmica com a qual o estudo contribuirá foi um fator decisivo na escolha do assunto, tendo em vista que a sustentabilidade tem sido um tema recorrente nas discussões políticas, empresariais e acadêmicas, uma vez que promove o desenvolvimento das regiões, buscando a otimização dos benefícios sociais delas decorrentes. É com essa intenção de contribuir cientificamente que esta pesquisa será realizada.

1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE

1.1 Conceitos

Quando se deseja repensar na importância dos processos sustentáveis, vários conceitos despontam dentre inúmeras teorias. Em geral o significado do termo sugere idéias relacionadas à ação como: amparo, sustento, conservação e suporte, conforme Ximenes [s.d]. Neste sentido o Relatório de Brundtland, realizado no ano de 1983 pela primeira reunião da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente de Desenvolvimento evidencia que: “o

Desenvolvimento Sustentável é o que atende às necessidades das pessoas sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” Leis & D’Amato; Stahel, Baroni, e Mendes (*apud* BACHA e ROCHA, 1999 p.10).

Desta forma, ao analisar o conceito de Desenvolvimento Sustentável, nota-se que economia, sociedade e meio ambiente são palavras voltadas ao mesmo foco em se tratando do estudo da sustentabilidade, esta questão é definida na Agenda 21 conforme Camargo e Capobianco (2004; p.88):

[...] alguns dos temas da Agenda 21, demandam posturas e práticas mais abertas e incluídas. A Agenda 21 global é produto de uma dinâmica que buscou questionar a conceituação e aplicação em políticas globais, nacionais e locais com um foco quase unidimensional (crescimento econômico) do desenvolvimento, com as demais dimensões (social, ambiental, política, etc.) fossem efeito direto da realização daquela.

Watts (1972) lista alguns problemas que são contrários ao plano de desenvolvimento sustentável, pelos quais passam alguns países, [...] desequilíbrio, grande pobreza em meio à opulência; danificação do meio ambiente; a falta de confiabilidade nas instituições; falta de controle no crescimento urbano; instabilidade no emprego; alienação na juventude; recusa de valores tradicionais; inflação e outras contrariedades nos setores econômicos e monetários (WATTS, 1972; p. 11).

Nas propostas de Strong (1973) o desenvolvimento deve satisfazer, pelo menos, às necessidades primárias como:

- a) Satisfação das necessidades básicas;
- b) Pensamento social visando gerações futuras;
- c) Envolvimento ativo da população;
- d) Conservação do meio ambiente e seus recursos naturais;
- e) Organização social que proporcione empregos;
- f) Respeito para com outras culturas;
- g) Direcionamento em programas voltados à educação.

Assim na medida em que se fala em desenvolvimento, é súbita a associação com a melhora de vida das pessoas (desenvolvimento humano), das pessoas em geral (desenvolvimento social), as que vivem e das que amanhã continuarão vivendo, ou seja, a sustentabilidade (FRANCO 2001; p. 36).

Sustentabilidade é a visão de promover a continuidade dos processos de mudanças no meio em que se vive, para que os cidadãos venham atingir no presente e futuro, níveis de realizações sociais, econômico e conjuntamente a conservação do meio ambiente. Toda esta idéia traduz o comportamento relacionado a conservação e obediência as leis da natureza, relacionando à busca para a permanência no sistema de vida. Trata-se de uma visão a longo prazo da possibilidade biofísica (CAVALCANTI, 1995; p. 165).

Portanto, não se deve confundir, pois existe diferença entre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Segundo Dorvers (1995) o primeiro é um objetivo difícil e de longo prazo a ser atingido; e, o segundo é um processo longo e com variáveis de mudanças que se devem ser realizadas para se conseguir a sustentabilidade de um determinado sistema, ou seja, o autor considera a continuidade dos processos que viabilizam e satisfazem as necessidades das gerações futuras, como sendo o alcance da sustentabilidade.

1.2 Administração em Sustentabilidade:

Dentre enumerados debates sobre o tema proposto, o grande questionamento é como conciliar crescimento econômico com desenvolvimento socioambiental, tarefa difícil, desafio o qual propõe um novo modelo econômico que respeitará os limites da ecologia. A visão, portanto, não é parar de crescer, a pretensão é enquadrar crescimento com a qualidade ambiental (KITAMURA, 1994; p. 19).

Por esta preocupação foi sancionada pelo governo federal, a Lei nº 6938, de 31 de agosto de 1981, Lei da política nacional do meio ambiente, destacando-se o art.2, que atribui à sociedade o dever de preservação ambiental, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente de maneira a garantir em nosso país o desenvolvimento socioeconômico e a importância à dignidade humana, conforme segue:

Art.2-A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;

III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;

VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;

VIII - recuperação de áreas degradadas;

IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;

X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Desta maneira, faz-se necessário usar o consenso administrativo pelo qual conduzirá a localidade à evolução do conhecimento, sua importância e as dimensões das ferramentas a que se deve optar com objetivo de assegurar a permanência do desenvolvimento sustentável. A primeira idéia é equivalente a gestão, conforme Godard (1997; p. 210):

[...] A gestão tem como meta suprir as várias modalidades de demanda com o menor custo, restringe determinados efeitos negativos ou excessivos e considera os interesses dos diversos atores sociais ou institucionais de acordo com seu peso social ou com suas possibilidades de ação (p. 210).

O mesmo autor defende a segunda idéia que define como deve ser o planejamento que visa meios para o desenvolvimento e “O planejamento de operações de desenvolvimento insere-se em um conjunto mais amplo de gestão contínua de recursos, do espaço e da qualidade do meio ambiente natural e construído” (GODARD, 1997; p. 210).

Corroboram com esta afirmação Casarotto Filho e Pires (2001; p. 109), e, destacam a importância do plano ou projeto voltado ao desenvolvimento, objetivando diagnósticos concretos para que assim possam ser supridas as necessidades específicas do ambiente a ser desenvolvido. Citam duas importantes definições estratégicas para este fim, as quais são:

- a) Arte de aplicar os meios disponíveis com vistas à consecução de objetivos específicos; e,
- b) Arte de explorar condições favoráveis com fim de alcançar objetivos específicos.

Para Bellen (2006; p. 75) a avaliação de processos rumo a sustentabilidade deve se basear em um sistema organizado, projetado para satisfação das necessidades da região, utilizar de ferramentas que instiguem e engajem os tomadores de decisão, os quais devem

procurar a simplicidade na estrutura do sistema fazendo uso de palavras claras e linguagem simples para que todos entendam.

Baseado em Casarotto Filho e Pires (2001; p. 127), propõe-se a criação de um plano de ação com intuito de organizar estrategicamente as práticas inteligentes desenvolvendo um esquema que contribuirá para dirigir a localidade rumo a sustentabilidade. Conforme mostrado na figura 1.

Enfatiza-se, porém que, a sustentabilidade não é um meio pelo qual se deve acreditar que seria capaz de sanar todos os problemas do planeta, porém, é um novo recurso que integra humanidade e natureza, desta forma, cada civil deve engajar-se. (MANEGAT e ALMEIDA, 2004).

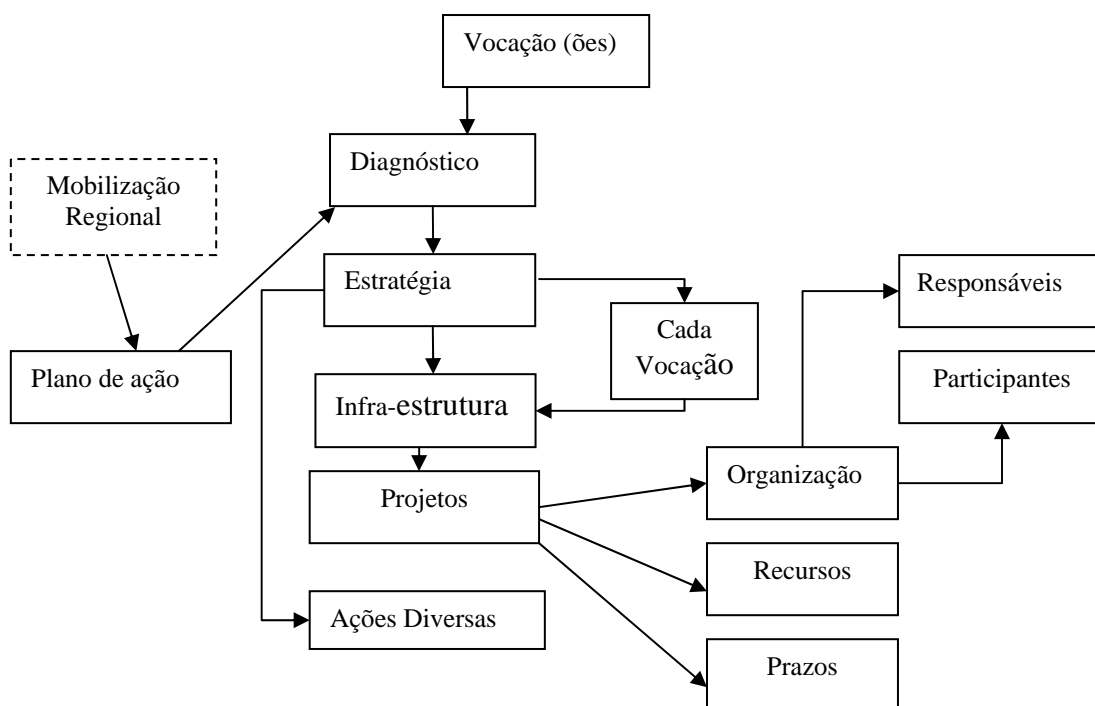


Figura 1: Esquema do plano para ação local.

Fonte: Adaptado do livro Redes de Pequenas e médias empresas e desenvolvimento local (CASAROTTO FILHO E PIRES, 2001; p. 127).

Contudo para realizar uma estrutura participativa, é preciso promover a conscientização humana, o que levará a uma mudança de comportamento constituindo a

internalização de um novo paradigma, o que induzira as novas atitudes, sendo este o fator considerado pelo autor o de maior desafio (CASAROTTO FILHO e PIRES, 2001; p.113).

Tendo em vista os procedimentos administrativos e determinando Desenvolvimento Local Sustentável como a iniciativa estratégica, caracterizada por promover maiores índices de oferta de empregos, ampliação de oportunidades e conjuntamente preservação ambiental, visando o alcance da Sustentabilidade (DORVERS, 1995).

Neste cenário, faz-se essencial usar como base alguns atos administrativos os quais agregam ações de competência características como segue no quadro 1:

Quadro 1: Atos administrativos que influenciam na estratégia para o desenvolvimento sustentável.

Atos Administrativos	Propostas
1.Eficácia	A nova forma de adaptação eficazmente voltada a processos tecnológicos e a incorporação de informações.
2.Valorização da Diferença	Reconhecer as diferenças adequando-as como potencialidades e vantagens competitivas do território de acordo com cada vocação.
3.Parcerias	Adotar a medida de descentralização como uma nova forma governamental e manter parceria entre os setores publicam e privado
4.Prazo	Realizar estratégias hoje para adquirir o resultado em curto prazo (Desenvolvimento Sustentável) e a longo prazo (Sustentabilidade).
5.Planejamento	“Gestão de recurso, espaço e qualidades do ambiente natural e construído”.
6.Eficiência	Aproveitar os recursos internalizados a região, ou seja, recursos endógenos.
7.Capital Humano Motivado	Cidadãos com ação de cidadania, interessados no bem da coletividade.
8.Competitividade	“A vantagem competitiva é criada e mantida por meio de um processo altamente localizado.”
9.Boa comunicação	Transparência na forma de comunicar-se é essencial para bons resultados na avaliação da sustentabilidade.

Fonte: Encontro de Pesquisadores da Amazônia (1996), Santos e Novaes (2001; p. 227), Godard(1997), Franco (2001), Porter (*apud* BUARQUE, 1999) e Jesinghaus(*apud* BELLEN, 2006; p. 76).

São notórias as muitas reflexões sobre o tema citado. A convicção é fazer crescer sem degradar e desta maneira renovam-se conceitos em variadas áreas como da sociologia, da geografia, do urbanismo da antropologia social, e também da política, os quais têm dado sua

parcela de participação nos novos conceitos que tratam questões referentes ao desenvolvimento sustentável (FRANCO 2001; p. 20 e 21).

Porém Bellen (2006; p. 39) afirma que o trajeto para se chegar a sustentabilidade é complexo e diversificado, no entanto ainda buscam-se meios para maior esclarecimento:

Todas as definições e ferramentas relacionadas à sustentabilidade devem considerar o fato de que não se conhece totalmente como o sistema opera. [...] Em geral se sabe que o sistema interage entre as diferentes dimensões, mas não se conhece especificamente o impacto dessas interações.

Conforme o autor, esta carência de direcionamento concreto sobre sustentabilidade nada mais é que uma grande oportunidade para desenvolver novas ferramentas e visões sobre o tema.

Neste cenário, a administração por intermédio de gestão, é um importante meio para desenvolver a sustentabilidade, visando à obtenção de resultados tanto quantitativos como qualitativos, produzir mais e melhor num processo contínuo, viabilizando o aumento do nível de acesso das pessoas não tão somente à renda, mas também à riqueza, ao conhecimento, influenciando-as e possibilitando a participação das mesmas nas decisões públicas (FRANCO 2001; p. 36).

2 DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

2.1 Conceitos

A questão do desenvolvimento local sustentável surge como uma iniciativa de aproveitar as oportunidades, mudanças em um processo de aprender, em um determinado espaço territorial, no qual há vários caminhos como assevera Pinheiro (*apud* Brose; 2004 p. 27). Desta maneira sugere crescimento em aspecto econômico, social e ambiental, sendo que a palavra local não faz referência ao tamanho do desenvolvimento e sim das iniciativas tomadas em determinadas áreas.

[...] de certa maneira, todo desenvolvimento é local, seja um distrito, um município, uma microrregião, uma região de um país, uma região do mundo [...] faz-se referência, habitualmente, a processos de desenvolvimento que ocorrem em espaços subnacionais, sendo que no Brasil a maioria dos casos, tais espaços são municipais ou microrregionais (FRANCO,2001;p. 27).

Visto que todo Desenvolvimento é local, [...] “Agir localmente para mudar globalmente” Dubois (*apud*. Manegat e Almeida, 2004; p. 3), e ainda, “ O global se alimenta

do local, se nutre o específico” Chenais (*apud* Buarque, 1999; p.13), de tal forma que, muitas das iniciativas são tomadas pelas minorias sociais. Agrega valor interno até alcançar, através de sua produção, a sociedade. Afirmar Franco (*apud* Franco, 2001, p. 28) que desta maneira, “realizam futuros alternativos para a coletividade e, sobretudo, antecipam estes futuros em experiências presentes”.

Desenvolver localmente é uma visão estratégica e empreendedora a qual promove crescimento é o início do desenvolvimento sustentável, de acordo com Coelho (*apud* BROSE, 2004; p.138);

O desenvolvimento local é visto como uma estratégia de criação integração das cadeias produtivas e das redes econômicas e sociais se desenvolvem e se institucionalizam de tal modo, que ampliam as oportunidades locais, gerando trabalho e renda, atraindo novos negócios e criando condições para o desenvolvimento humano sustentável.

Tais afirmações refletem a importância da responsabilidade individual, na mudança dos paradigmas, da centralização governamental para formas participativas e democráticas da comunidade em criar meios para alcançar a sustentabilidade. Segundo Cardoso (2004) governo e sociedade unindo forças, juntos, produzirão operações de maior eficácia envolvendo a comunidade beneficiária.

Isto consiste na chamada descentralização governamental, importante ajuste para o desenvolvimento, pois desta maneira o poder de decisão não fica restrito apenas à parte pública, possibilitando maior envolvimento ao cidadão no aprimoramento das identificações de recursos e potencialidades existentes no meio em que o mesmo está inserido (ALBUQUERQUE, 1997; p. 3).

Porém, Albuquerque (1997) destaca a necessidade de um plano para ajustar estrategicamente em pactos sociais aos agentes, público e privado, para que ambos fomentem a iniciativa inovadora da capacidade local.

Concorda o autor Franco (2001; p. 31) ao retratar mais um fator determinante para o desenvolvimento sustentável; a importância do capital humano e sua motivação para incentivar a cultura na localidade, responsabilizando o fator “gente” como principal atuante. “[...] O desenvolvimento de uma localidade depende da gente que vive naquela localidade [...]” O autor ainda afirma sobre a importância da flexibilidade do poder político para efetuar o desenvolvimento local, integrando ações com a sociedade:

Os governos, por sua vez, também vêm investidos no equacionamento e no tratamento da chamada política social de uma forma que começa a romper com a maneira tradicional de olhar o problema, incorporando estratégias e em seus programas as idéias de descentralização [...] focalizando as ações locais

determinadas, assumindo a necessidade de parceria com o empresariado e com a sociedade civil e da participação da comunidade (FRANCO 2001; p. 21).

Para Casarotto Filho e Pires (2001; p.21) o poder público local (prefeituras), assume um papel de centralização de maneira a agir como ator de viabilização das ações. Observa ainda que a burocracia fragilize as iniciativas locais, no entanto, propõe que a administração municipal seja um mecanismo de coordenação, minimizando a sua atuação direta a fim de assumir o papel de promotores de atividades, com objetivo de angariar benefícios às localidades através da junção de esforços e recursos.

Desta maneira, Brose e Höfler (2004; p.136) retratam as dificuldades de aceitação humana aos processos de mudanças, como um dos fatores principais que limita a vida política local, detendo a continuidade do desenvolvimento. Referem-se também à troca de indivíduos que estão ligados a gestão municipal, sejam esses: prefeitos, governadores, técnicos, presidente de cooperativas e etc. Segundo os autores, há falta de sustentabilidade política, causando um bloqueio na utilização de produtos e serviços dos qual a localidade é submetida, sendo a mesma dependente das lideranças políticas.

Contudo deve-se destacar a participação da comunidade nos processos decisórios, sendo este fator possível através da descentralização governamental. Conforme Buarque (1999; p. 16) “Descentralização é a transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias agregadas para unidades espacialmente menores, entre as quais o município e as comunidades”.

O mesmo autor ainda afirma que todos os processos realizados com eficiência, eficácia e que gere resultados à sociedade devem ser executados, a finalidade é crescimento concordado com a responsabilidade do setor público e sociedade:

Assim, a descentralização só deve ser realizada quando contribua para melhorar a gestão da coisa pública, elevando os seus resultados e reduzindo os custos, ao mesmo tempo em que assegura sua contribuição para o desenvolvimento local e a democratização da sociedade.

Portanto Franco (2001; p. 88) enfatiza que a nova estratégia, o DLS, pode proporcionar à sociedade transformações em sua estrutura política, desta forma, desencadeando comportamentos inovadores os quais venham proporcionar o compromisso dos indivíduos, estimulando a participação e engajamento cívico para com a sustentabilidade, de maneira a contribuir com um novo estilo de vida, materializando os valores almejados à localidade, alavancando as possibilidades de crescimento e estruturação da mesma, sendo este

um agente para novos conceitos que contribuem caracteristicamente para o desenvolvimento da região.

2.1 O desafio de desenvolver o rural sustentavelmente

O desafio da sustentabilidade rural consiste em unificar o manejo dos ecossistemas agrícolas, para assim manter o valor do solo, da terra, do verde, ampliar a qualidade do meio ambiente e conjuntamente a qualidade de vida das pessoas, ao mesmo tempo, fortalecer o potencial econômico, o que estrategicamente fornecerá oportunidades de emprego e conseqüentemente o campo será um meio atrativo de criação de novos trabalhos e empreendimentos que garantirá ao trabalhador rural sua rentabilidade, visto que o essencial é a visão a longo prazo, pois fala-se de restauração, uso e retorno do que se usou ao meio ambiente (SANTOS e NOVAES, 2001; p. 227).

No mesmo contexto, não discorda Coelho (*apud* Brose, 2004; p.138) quando coloca em evidência a necessidade de desenvolvimento social e econômico para a população rural tendo como meta minimizar a pobreza e melhorar a qualidade de vida, sendo o local, o cenário estratégico para a atuação de ações que gerem trabalho e renda.

Santos e Novaes (2001; p. 51) cita a Agenda 21, um marco para base de discussões, a qual relata algumas razões que são fundamentais para a ameaça da sustentabilidade da agricultura, dentre elas aqui são destacadas as seguintes:

- a) A predominância do chamado padrão “revolução verde”, intensivo em capital e em insumos químicos;
- b) A presença no agronegócio de graves passivos ambientais, representados principalmente pelo alto nível de erosão do solo, degradação de recursos hídricos e perda de diversidade biológica;
- c) Uma rentabilidade que decorre em certa medida da recusa interna de incorporar os custos e da necessidade de utilizar mais capital natural como se financeiro fosse (gerando a insustentabilidade futura).

Criar mecanismos que venham auxiliar na proposta contributiva de crescimento sustentável agrícola significa ampliar a produtividade oferecendo um manejo dos seus ecossistemas, porém faz-se necessário conciliar prática a consciência dos agricultores os quais serão agentes diretos na promoção do desenvolvimento sustentável, assim idealiza Rodrigues [s.d] (p.1):

A promoção da agricultura sustentável depende, assim, da conformação de um novo relacionamento entre os consumidores e os produtores (e setores produtivos) que se dediquem a formas sustentáveis de manejo. [...] O desempenho ambiental de atividades rurais pode ser averiguado, corrigido e gerido com a aplicação de procedimentos de avaliação de impacto ambiental, integrando-se as dimensões sócio-culturais, econômicas e ecológicas da sustentabilidade.

Para Santos e Novaes (2001, p. 229) a opção de agricultura sustentável só será viabilizada a partir de ações solidárias combinada com novas tecnologias, acarretando assim maiores meios para a produção [...] “As formas coletivas de produção e comercialização se apresentam como alternativas concretas mediante a pratica de cooperação, associativismo e parceria”.

O quadro 2 apresenta práticas que podem, segundo o autor, favorecer o desenvolvimento rural, visando os três fatores que influenciam para o desenvolvimento local, na ordem, ambientais, econômicos e sociais:

Quadro 2: Tipos de Ações e exemplos de práticas subvencionadas pelo RS – Rural

Tipos de Ação	Exemplo de Práticas
Manejo e Conservação dos Recursos Naturais	Adubação verde, terraços, murunduns, conversão para a agricultura ecológica, plantio de árvores nativas, reflorestamento de margens de rios e etc.
Geração de Renda	Aquisição de maquinas e equipamentos agrícolas, agroindústria, horticultura, animais de tração, bovinocultura leiteira, construção de paiol e muitas outras.
Infra-estrutura social básica e familiar	Reforma de moradias, construção de moradias, eletricidade, água encanada, proteção de fontes para consumo humano, entre outras.

Fonte: Livro Participação na Extensão Rural, Experiências inovadoras de Desenvolvimento Local. (BROSE; 2004, p.97).

São inúmeros os fatores que incluem ações e práticas utilizadas na agricultura como ferramenta de gestão rural para empreender, sendo as mesmas influenciadoras no processo de desenvolvimento de uma localidade, porém, os condutores básicos a esta finalidade estão movidos por intermédio do tripé da sustentabilidade que são os agentes: sociais, econômicos e ambientais. Neste sentido, os projetos que visam oferecer recursos para obtenção do desenvolvimento local sustentável estão ligados a pré-definição das características e vocações locais, apoiando-se neste tripé (BROSE, 2004 p. 96).

3 ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL)

3.1 Conceito de APL

De acordo com Lima *et al.* (2004; p. 94), “combater a pobreza e a degradação no meio rural significa combater problemas de vários séculos de existência”.

Desta forma, para Brose e Höfler (2004; p.123), com o passar dos anos várias técnicas foram surgindo no intuito de proporcionar crescimento econômico nas pequenas comunidades rurais, dando aos agricultores familiares a possibilidade de adquirirem novas maneiras de produzirem mais e melhor integrando-os ao mercado. Devido o aumento populacional da zona rural, fez-se necessário algumas transformações de Associações estaduais em empresas públicas as quais possuem profissionais especializados que realizam visitas técnicas aos produtores, como é o caso do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER.

De acordo com colaboradores do *site* Wikipédia (2008), formam-se os conjuntos de famílias nas localidades, aglomerados de pessoas em busca do ideal da sobrevivência, caracterizando-se arranjo produtivo local (APL), no meio rural.

Os arranjos produtivos locais são aglomerados de empresas ou conjuntos agroindustriais também conhecidos como clusters ou pólos e, para se tornar competitivo, deve preencher os requisitos que satisfaçam algumas condições:

- a) Alta concentração geográfica (preferencialmente, todo o cluster deve localizar-se em um só município);
- b) Existência de todos os tipos de empresas e instituições de apoio, relacionados com o produto/serviço do cluster;
- c) Empresas altamente especializadas (cada empresa realiza um número reduzido de tarefas);
- d) Presença de muitas empresas de cada tipo;
- e) Total aproveitamento de materiais reciclados ou subprodutos;
- f) Grande cooperação entre empresas;
- g) Intensa disputa: substituição seletiva permanente;
- h) Uniformidade de nível tecnológico;
- i) Cultura da sociedade adaptada às atividades do cluster.

Travassos [s.d] afirma para ser um arranjo produtivo local é necessário que no mesmo espaço tenha um número significativo de empreendimentos e pessoas envolvidas a uma

atividade produtiva predominante e compartilhar de formas que compreendam a colaboração e algum mecanismo de governança.

A formação de APL na agricultura vem causando um considerável índice de crescimento, tal aglomeração induz o homem do campo, a se organizar via de associações e cooperativas. Essa união possibilita mudanças relacionadas à maior facilidade em se obter informação, manejo da terra, valorização dos recursos naturais, agregação de valores, produção e principalmente a comercialização dos produtos.

3.2 A Importância do Plantio de Maracujá

Segundo a Folha Rural (2006; p.4), cresce o mercado de fruticultura no Brasil, em 2004 o país teve uma considerável produção que chegou a 848 mil toneladas de frutas frescas, o que resultou em uma receita de US\$ 369,7 milhões para o país. Rondônia teve sua parcela de contribuição com 97.367 toneladas, sendo a região a produzir grande parte deste número foi a cidade de Presidente Médici que possui o maior pólo de fruticultura do Estado em seu distrito, Estrela de Rondônia.

No caso do maracujá existem duas maneiras para comercialização, fruta fresca e o suco de fruta, o qual é classificado em terceiro lugar entre os sucos mais consumidos no Brasil, sua produção pode gerar de dois a seis empregos diretos, tanto na zona urbana como na rural.

Considerando apenas a utilização de mão de obra em nível de lavoura, um hectare de maracujá pode demandar até o trabalho integral de um homem durante um ano todo, além do trabalho de dois ou mais trabalhadores em algumas épocas do ano, particularmente na fase da colheita. Miranda e Bemelmans (*apud* BRUCKNER; PICANÇO,2001).

São relevantes as inúmeras variedades dos produtos transformados dos quais se utiliza o maracujazeiro, principalmente ao se tratar de alimentação humana, pois deste pode se obter: sucos, geléias, licores, sorvetes, doces e etc. podendo destacar ainda o uso terapêutico, sua polpa e folhas possui valor medicinal por causa da passiflorina que é um sedativo natural (LIMA e FANCELLI, 2005; p. 1).

É importante salientar a vantagem competitiva que a região norte e parte do nordeste do Brasil têm em relação às outras regiões brasileiras e segundo os mesmos autores:

[...] O maracujá pode florescer durante todo ano nas regiões norte e parte do nordeste [...] estas regiões possuem vantagem de poder produzir frutos desta passifloraceae no período de menor oferta no mercado, isto é, de agosto a início de

dezembro, período de entressafra quando os preços são os maiores praticados no mercado.

Segundo Lima (*apud* Silva e Santana, 2002; p. 235), o maracujá é de fácil manejo, devendo ter alguns cuidados com a instalação e a época certa da poda. Possui a vantagem de ter um longo período de safra, oito meses no sudeste, dez meses no nordeste e até doze meses no norte do país, permite um fluxo mensal de renda equilibrado e é padrão para as pequenas propriedades rurais familiar.

O maracujá é uma fruta rica em valores nutritivos, possuem características importantes que incluem alto nível de aproveitamento, desde folhas e casca para chás com efeitos medicinais, sucos e outros derivados da polpa que contribuem para uma boa alimentação e etc. Reage bem ao clima de Rondônia, sendo sua colheita realizada durante todo o ano. Porém devido ao clima, cheiro e beleza das flores e uma considerável disponibilidade de pólen e néctar, o maracujazeiro torna-se um atrativo para as pragas e insetos, ocasionando danos à produção (SCALOPPI JUNIOR, 2004; p. 01).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS NA PESQUISA

4.1 O Distrito de Estrela de Rondônia

Estrela de Rondônia é um distrito que está localizado na região sul da cidade de Presidente Médici/RO a 41(quarenta e um) km da mesma, via linha 132 (cento e trinta e dois). Possui 3,5 mil habitantes e sua potencialidade está relacionada à fruticultura, da qual se destaca o APL do maracujá, o que é motivo de grande orgulho para a população da localidade, sendo despontado como o maior pólo de produção de maracujá no Estado de Rondônia. Cerca de 200 (duzentos) agricultores recebem incentivos da EMATER, que neste caso é um agente de informações e técnicas específicas para os produtores da região. Realizam palestras, visitas técnicas e atendimento especializado por meio de um escritório localizado no distrito. Sendo grande parte do atendimento voltado às práticas do cultivo do maracujá, que já contam com uma média de 130 (cento e trinta) hectares plantados e uma produtividade de até 18 toneladas de frutos por hectare/ano. De acordo com a revista Negócios em Rondônia (2006), a cultura do maracujá é uma das principais atividades econômicas do distrito de Estrela de Rondônia. A influência da fruta é tamanha na região que desde agosto de 2003 realiza-se em Estrela de Rondônia a chamada Festa do Maracujá.

Os intuitos são de propagar a expansão da cultura na região, a valorização agrícola, a opção de lazer para os produtores rurais e suas respectivas famílias, incentivo aos mesmos para melhorarem a produção e oportunidade para visitantes conhecerem mais sobre a cultura, os produtos e pratos derivados do maracujá os quais já contam 40 (quarenta) no total, são feitos e vendidos pelos próprios produtores.

Durante a programação da festa ocorrem apresentações culturais com bandas sinfônicas, fanfarras e grupos folclóricos, bailes e desfiles envolvendo a escola do distrito assim como os filhos dos agricultores. Iniciativa esta realizada pelos agricultores da região, idealizada pelos funcionários da EMATER e por esta apoiada em parceria com a Prefeitura Municipal de Presidente Médici, proporcionando a região reconhecimento da cultura, divulgação enquadrada a aproveitamento do maracujá, fixação do jovem no meio rural e conquista de novos mercados.

4.2 Resultados obtidos na Pesquisa

A presente pesquisa foi realizada em novembro de 2008, planejada anteriormente utilizando um roteiro previamente elaborado pontuando os objetivos com propósito de obtenção de coleta de dados e informações referentes ao assunto abordado. Fez-se uso de um questionário com perguntas fechadas, sendo o mesmo aplicado através de visita realizada aos agricultores da Associação da Agricultura Familiar do Igarapé Grande, a qual possui um número de 25 associados, sendo entrevistadas 08 agricultores em suas respectivas propriedades conforme a possibilidade de acesso e disponibilidade dos mesmos. Primeiramente realizou-se entrevista com o gerente da EMATER do distrito de Estrela de Rondônia, Sr. Maurício Alves dos Santos com pretensão de conhecimento das formas de cultivo, conhecimento dos agricultores com as praticas do DLS, alternativas empregadas no cultivo para melhorias, maiores dificuldades na comercialização da fruta e etc. Porém este estudo de caso vem relacionar as formas de cultivo com meio ambiente, a maneira em que vive a referida população do APL com qualidade de vida e cultura, a estrutura de moradia e renda com o fator econômico.

O APL é constituído de aproximadamente duzentas famílias rurais, na maioria, pequenas propriedades e proporcionam cerca de dois a três empregos diretos ou indiretos, tanto no plantio, colheita como também no processo transformação do fruto em polpa. A polpa e o fruto *in natura* abastecem o mercado do estado de Rondônia, inclusive sua capital, sendo também escoados para os estados do Acre e Amazonas. O bom resultado do cultivo do

maracujá no Estrela de Rondônia despertou nos produtores a iniciativa de plantar outras frutas como: laranja, limão, goiaba, melancia e abacaxi, o que usam como método de rotação de cultivo, os quais, além de agregar valores econômicos, ajudam na recuperação do solo, sendo este um fator ambientalmente correto.

Segundo entrevista ao gerente da EMATER do distrito, os produtores trabalham com maracujá há aproximadamente 15 anos e o plantio está concentrado nas linhas 128, 132, e linha 1, somando uma totalidade de 130 hectares plantados.

4.2.1 Práticas dos Agricultores no APL

4.2.1.1 Fatores Ambientais

De acordo com questionário aplicado aos produtores e visita realizada ao APL do cultivo do maracujá em Estrela de Rondônia observou-se que os agricultores utilizam-se de alguns procedimentos que contribuem à renovação do solo e melhoria da colheita como adubo orgânico, calagem (utilização de calcário no solo)², rotação de cultura e plantação atravessada, para evitar covas no solo. O adubo orgânico é utilizado por todos os agricultores para melhora de seu plantio, porém eles estão em busca de outros métodos eficientes para beneficiamento do solo, sendo que a grande maioria já está fazendo uso da calagem (conforme Instituto Campineiro de Análise de Solo e Adubo-ICASA)³. Isto promove entre outros benefícios, diminuição da acidez do mesmo, melhoria do desenvolvimento das raízes, fornecimento com magnésio para as plantas e favorecimento da ação de adubos químicos. Cerca de 70% das famílias entrevistadas fazem rotação de cultura⁴, visto que a monocultura (plantação sucessiva da mesma espécie no mesmo solo) resultando no empobrecimento do solo, diminuindo em poucos anos a produtividade das mesmas.

A plantação atravessada, segundo os próprios agricultores, foi uma técnica repassada pela EMATER para melhor aproveitamento dos resíduos orgânicos investidos no solo, evitando as covas impedindo o escoamento dos nutrientes do solo em enxurradas no período chuvoso. Todavia, não praticam ações voltadas a reflorestamento na região pesquisada, processo este que está sendo mobilizado pela associação dos agricultores familiares e prevê

²A prática de calagem retrata à reconstrução do solo, evidenciada neste caso, por entrevista realizada ao técnico gerente da Emater/RO, como atividade ambientalmente correta.

³Instituto Campineiro de Análise de Solo e Adubo-ICASA. Disponível em: <http://www.icasa-lab.com.br>.

⁴Rotação de cultura. Disponível em: <http://www.revistarural.com.br>

início para o ano de 2009. Destaca-se uma área de reserva natural na região.

Outro fator que não condiz com ações de sustentabilidade é a utilização de produtos químicos para o combate de pragas e insetos que dificultam o bom andamento da produção. Segundo os produtores é difícil conciliar o combate das pragas com o fator ambiental, devido à ação imediata que os agrotóxicos proporcionam, sendo que a ação de produtos ambientalmente corretos no combate as pragas da lavoura fornecem os mesmos resultados, porém estes aparecem gradativamente. Porém devido quantidade de produtos químicos usados no combate às pragas, não é recomendado para o consumo humano produtos derivados da casca e das folhas dos maracujás despulpados nesta região, perdendo assim oportunidade de aproveitamento na fabricação de mais alguns produtos como, por exemplo: chás e farinha da casca do maracujá, rica em nutrientes.

4.2.1.2 Fatores Econômicos

A produção do maracujá amarelo proporciona oportunidade de trabalho e renda, pois cerca de dois a três empregos diretos e indiretos são disponibilizados tanto nos períodos de colheita quanto a fabricação dos produtos transformados.

Diversas famílias adotaram outros métodos para agregar valor a produção e gerar empregos, um deles é a fabricação caseira de polpas. Através do maracujá colhido há uma espécie de procedimento de escambo para diversificar os sabores das polpas fabricadas nesta região. É realizada a troca do maracujá por outras frutas como: morango, açaí, graviola e etc., que não são produzidas no APL de Estrela de Rondônia, isso faz com que os produtores voltados a esta estratégia atenda melhor seus clientes proporcionando por meio da diversificação, satisfação referente a necessidade dos mesmos.

De acordo com questionário aplicado, 80% dos agricultores do APL possuem renda de maior a R\$ 720,00 mês (setecentos e vinte reais), mesmo os proprietários de pequenas propriedades rurais. As residências que foram visitadas, são de madeira, possuem energia elétrica, telefone e todos os agricultores possuem automóveis.

Este é um índice que atribui à melhora na qualidade de vida dos agricultores, fato este que incentiva os jovens da região a atuar no desenvolvimento da agricultura familiar do APL, evitando o êxodo rural.

4.2.1.3 Fatores Sociais

Segundo informações dos próprios agricultores, há integração, amizade e colaboração entre eles e isto contribui grandemente para o avanço da cultura local. Um resultado desta socialização é a intitulada Festa do Maracujá, que acontece desde o ano de 2003, elevando a cultura local, propagando a importância do cultivo da fruta, proporcionando um período de lazer aos produtores e aos visitantes vindos de outras regiões do Estado.

Há escola de ensino fundamental nas proximidades das propriedades, porém a escola de ensino médio localiza-se no distrito e é disponibilizado um ônibus escolar para os filhos dos agricultores participarem das aulas e, as residências possuem o sistema de saneamento nos quais os dejetos humanos dirigidos a fossas existentes em cada residência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O plantio do maracujá chamou atenção de algumas famílias rurais em Rondônia, que relacionaram o fator clima e solo, descobrindo assim uma grande oportunidade de negócio em Presidente Médici/RO, especificadamente, em seu distrito Estrela de Rondônia. Tal acúmulo de famílias em uma mesma localidade, buscando um ideal em comum proporcionou a região o Arranjo Produtivo Local (APL), aglomerado de famílias rurais que atuam na plantação, colheita do maracujá, realizam o processo de extração da polpa e comercializam para a região de Rondônia e para demais estados.

Observou-se que este cenário tem sido uma ferramenta importante para o desenvolvimento local do Distrito de Estrela de Rondônia. A viabilização do maracujá para o mercado é resultado do aproveitamento da vocação e das vantagens conjecturadas aos fatores naturais (clima e solo) da região, relacionada aos traços de empreendedorismo, característica esta, nítida em grande parte dos produtores desta localidade, tal fator constatado nas visitas e questionamentos realizados aos mesmos. Este empreendimento ocasiona grande parte da renda mensal das famílias e trabalhadores individuais envolvidos desde o plantio, até a fabricação dos produtos transformados.

Outro fator relevante desta pesquisa está relacionado à qualidade de vida do homem do campo. Nesta localidade as famílias têm assistência médica, os filhos das mesmas têm acesso à escola, todas as famílias possuem automóveis, as residências são organizadas com fatores de higiene básicos e energia elétrica, porém, nota-se um baixo índice de oportunidade

para lazer na localidade, restringindo este a um campo de futebol e a festa do maracujá que acontece uma vez por ano.

Quanto aos conhecimentos sobre o que vem a ser desenvolvimento sustentável, verificou-se a falta de interiorização e conscientização dos agricultores para as práticas ambientais no sentido de fazer hoje para garantir a continuidade dos processos no futuro, pois todas as idéias dos produtores referentes a manejo do solo, produção, comercialização e etc., estão relacionadas ao avanço econômico, ou seja, realizam alguns procedimentos ambientalmente corretos, no entanto, sem a racionalização do objetivo preservação ambiental, direcionando-o totalmente ao sentido de proporcionar melhor produção e conseqüentemente maior rentabilidade. Tais situações economicamente benéficas promovem algumas ações voltadas à renovação, portanto as atitudes não condizem totalmente com a conscientização ambiental, sendo elas focadas ao sentido econômico.

Quanto à administração, o APL possui associações rurais organizadas, no caso da localidade pesquisada, é a Associação de Agricultores Familiares do Igarapé Grande, a mesma realiza assembléias e reuniões para levantamento de dificuldades dos agricultores. Através de uma diretoria elegida pelos associados são tomadas as iniciativas para execução do que tenha sido proposto na reunião, discutem sobre variados temas, elaboram eventos sociais, palestras e buscam alternativas para melhorias relacionadas à vocação local.

A EMATER tem sido um grande agente público para o cumprimento de fatores relacionados à organização do APL, porém a mesma é voltada para desenvolvimento e incentivo de técnicas na agricultura, notando-se assim uma lacuna na administração rural do mesmo. Foi constatada a falta de iniciativa da Associação na realização de projetos junto à prefeitura municipal de Presidente Médici, o que consideravelmente proporcionaria ao APL a viabilização de recursos para suprimento das necessidades dos mesmos, destaca-se também a falta de incentivo das políticas públicas da região ao APL do maracujá.

No entanto, o presente artigo se propôs a responder a seguinte questão: “O APL do cultivo de maracujá pode ou não contribuir para o desenvolvimento local sustentável de Estrela de Rondônia?”.

O APL do cultivo do maracujá no Estrela de Rondônia tem um grande potencial no papel de desenvolvimento local, as características relacionadas a valores que promovam o DLS nos âmbitos sociais, econômicos e ambientais, foram evidenciadas por meio deste estudo, podendo afirmar que o mesmo está contribuindo “sim” para o desenvolvimento local sustentável. É importante ressaltar que as características despontam timidamente, porém o

comprometimento e a conscientização dos agricultores podem difundir e evoluir com o passar do tempo, atitudes estas que possivelmente venham viabilizar a sustentabilidade na região.

A primeira alternativa para proporcionar solução a este problema seria promover a consciência dos produtores para a utilização de práticas agrícolas que causem o menor impacto à natureza. Um trabalho eficaz sugerido seria por intermédio de palestras aos produtores e nas escolas da região, de forma a incentivá-los a aceitar, racionalizar e interiorizar a nova cultura, podendo buscar parcerias com agentes públicos para tal realização.

Os demais fatores estão voltados à administração rural: com a utilização de planejamento estratégico, logística, meios e atos administrativos que agreguem valor à produtividade como também nos aspectos sociais, econômicos e ambientais, o que apesar das fragilidades, pôde-se notar uma crescente busca dos produtores neste sentido.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Francisco. **Metodologia para el desarrollo económico local**. Santiago de Chile: ILPES, 1997.

BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de sustentabilidade**, uma análise comparativa. 2ª ed., p. 39. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

BARRETO, Ricardo Candea Sá *et.ali.. Sustentabilidade dos assentamentos no município de Caucaia-CE. Revista Economia e Sociologia. Rural*, v.43, n..2. Brasília, apr./jun., 2005. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032005000200002.>Acesso em: 03 de nov. de 2008.

BROSE, Markus.**Participação na extensão rural, experiências inovadoras de desenvolvimento local**. Porto Alegre: Tomo Editorial,2004.
_____; HÖFLER, Claudio Edilberto. Reestabelecendo o dialogo entre o Estado e a Sociedade Civil: a experiência do PRORENDAS/RS. In: BROSE, Markus.**Participação na Extensão Rural, experiências inovadoras de desenvolvimento local**. Paginas 126 e 136. Porto Alegre: Tomo Editorial,2004.

BUARQUE, Sérgio C. **PCT – Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA**. Brasília, junho de 1999. Disponível em:
<<http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIICA/SergioBuarque.pdf>.>Acesso em: 02 nov. de 2008.

CAMARGO, Aspásia; CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro; OLIVEIRA, José Antônio

Puppim (Organizadores). **Meio Ambiente: Avanços e Obstáculos pós Rio-92. Estação Liberdade:** Instituto Sociambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

CARDOSO, Ruth. **Sustentabilidade, o desafio das políticas sociais no século 21.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo:2004.

CHESNAIS, François. In. BUARQUE, Sérgio C. **Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA.** Brasília, junho de 1999. Disponível em: <<http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIICA/SergioBuarque.pdf>> Acesso em: 02 nov. de 2008.

CAVALCANTI, C. (org). **Desenvolvimento e natureza:** estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez: Recife. PE: Fundação Joaquim Nabucco, 1995.

CASAROTTO FILHO, Nelson; PIRES Luiz Henrique. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2001

COELHO, Franklin. Desenvolvimento Local Sustentável: Novos Desafios para a extensão rural. In: BROSE, Markus. **Participação na extensão rural,** experiências inovadoras de desenvolvimento local. p. 138. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

DORVES, S.R. In. BACHA, Carlos J. Caetano; ROCHA, Daniela de Paula. Considerações Teóricas sobre **Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade e suas aplicabilidades à Amazônia brasileira.** Disponível em < http://www2.fgv.br/ibrecea/publicações/arq/art._am_legal_02.pdf>. Acesso em: 20 out. de 2008.

ENCONTRO DE PESQUISADORES DA AMAZÔNIA. Zoneamento como Instrumento para o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. Porto Velho-RO. In BACHA, Carlos J. Caetano; ROCHA, Daniela de Paula. Considerações Teóricas sobre **Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade e suas aplicabilidades à Amazônia brasileira.** Disponível em: <http://www2.fgv.br/ibrecea/publicações/arq/art._am_legal_02.pdf>. Acesso em: 20 out. de 2008.

FRANCO, Augusto. **Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.** 4ª ed. Brasília-DF: Compukromus, 2001.

Folha Rural. Porto Velho, 2006. Ed. novembro/dezembro. EMATER/RO.

GODARD, O. A gestão integrada dos recursos naturais e do Meio Ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: VIEIRA, P.F & WEBER, J. (org.). **Gestão de**

recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1997. Cap. 5, p.201-206.

Instituto Campineiro de Análise de Solo e Adubo. Disponível em: < http://www.icasa-lab.com.br/minuto_tecnico.php >. Acesso em: 21 nov. de 2008.

JESINGHAUS, J. Indicators for decision making. European Commission. In BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de sustentabilidade**, uma análise comparativa. 2ª ed. p.39. Rio de Janeiro/RJ: FGV editora, 2006.

KITAMURA, P.C. **A Amazônia e o desenvolvimento sustentável**. Brasília: EMBRAPA-SPE, 1994.

LEI Nº. 6938, de 31 de agosto de 1981. **Da política nacional do meio ambiente**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>. Acesso em: 20 nov. 2008.

LEIS & D'AMATO et. All. In BACHA, Carlos J. Caetano; ROCHA, Daniela de Paula. Considerações teóricas sobre **desenvolvimento sustentável e sustentabilidade e suas aplicabilidades à Amazônia brasileira**. p. 10. Disponível em < http://www2.fgv.br/ibrecea/publicações/arq/art._am_legal_02.pdf >. Acesso em: 20 out. 2008.

LIMA, Adelise de Almeida, FANCELI, Marilene. **Maracujá: Uso medicinal. (21/10/2005)**. Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=22949>> Acesso em 07 nov. 2008.

LIMA, André Rodrigues et al. **Planejamento participativo e DS em comunidades tradicionais:** comunidades indígenas de pescadores artesanais e remanescentes de quilombos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

LIMA, Adelisa de Almeida. Porque plantar maracujá? Cruz das Almas: EMBRAPA. CNPMFT, 1998. 1p. In: SILVA, Denise Michelle Furtado e SANTANA, Antonio Cordeiro. **Comercialização e custo de produção na cadeia produtiva do maracujá no estado do Pará**. Belém: UNAMA, 2002.

MANEGAT, Rualdo; ALMEIDA, Gerson. **Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades**. Rio Grande do Sul: Editora: UFRG, 2004.

MIRANDA, M.C.; BEMELMANS, P.F. Sistema de cultivo e custo de produção de maracujá. Agricultura em São Paulo, 1995. In: BRUCKER, Cláudio Horst; PICANÇO, Marcelo Coutinho. **Maracujá tecnologia de produção, pós-colheita, agroindústria, mercado**. Porto Alegre: Cinco Continentes, 2001.

PORTER, Michael. In. BUARQUE, Sérgio C. **Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA**. Brasília, junho de 1999. Disponível em: <<http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIICA/SergioBuarque.pdf>> Acesso em: 02 nov. 2008.

PINHEIRO, S.L.G. O enfoque sistêmico na pesquisa e extensão rural (FSR/E): novos rumos para a agricultura familiar ou apenas a reformulação de velhos paradigmas de desenvolvimento? Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2, Londrina, 1995, *Anais...* IAPAR-SBS, 1995. p. 21-52. In: BROSE, Markus. **Participação na extensão rural, experiências inovadoras de desenvolvimento local**. Página 27. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

Revista Rural. **Rotação de Cultivo inteligente**. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.revistarural.com.br/Edicoes/2005/artigos/rev85_rotacao.htm> Acesso em: 21 nov. 2008.

Revista Negócios em Rondônia, Ano I nº 5, Outubro/Novembro de 2006. Rondônia e Acre.

RODRIGUES, Geraldo Stachetti. **Agricultura sustentável, gestão ambiental e eco-certificação de atividades rurais**. Disponível em: <<http://www.cmpma.embrapa.br>> Acesso em: 04 de nov. 2008.

SANTOS, Manoel José. NOVAES, Washington. **Revista Estudos Avançados**, v. 15, n. 43. São Paulo. Editora: Instituto de estudos Avançados da USP, set./dez. 2001.

SCALOPPI JUNIOR, Erivaldo J. Scaloppi. **Pragas da cultura do maracujazeiro**, 2004. Disponível em: <http://www.todafruta.com.br/todafruta/mostra_conteudo.asp?conteudo=6481> Acesso em: 20 nov. 2008.

STRONG, Maurice. **É o desenvolvimento sustentável, sustentável?** Disponível em: <www.revista.inf.br/florestal/pages/artigos/ARTIGOS08.pdf> Acesso em: 02 out. 2008.

TRAVASSOS, Sérgio. **Programa de gestão ambiental e produção mais limpa no Arranjo Produtivo Local – Madeira e Móveis – em UBÁ/MG**, [s.d]. Página: 01. Disponível em: <http://www.mercosurgtz.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=16> Acesso em 21 nov. 2008.

WATTS, William. “Prefácio”. MEADOWS, Donella H. e outros. **Limites do crescimento**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

WIKIPÉDIA. **Arranjo Produtivo Local**. Disponível em:<
http://pt.wikipedia.org/wiki/Arranjo_produtivo_local. Publicado por: Wikipédia, a
enciclopédia livre,2008> Acesso em: (20 de novembro de 2008).
XIMENES, Sérgio.Minidicionário da língua portuguesa. Editora: Ediouro,[s.d]

OBRAS CONSULTADAS

Brasil pela Renda Básica de Cidadania. Disponível em: <<http://rendabasica.wikidot.com>>. Acesso em: (15 de outubro de 2008).

JUNKES, Maria Bernadete; SANTOS, Maria Lindomar dos. **Primeiros passos da metodologia científica na graduação**/Maria Bernadete Junkes, Maria Lindomar dos Santos. Rolim de Moura/RO: D’press Editora & Gráfica Ltda-ME, 2008.

_____. **Trabalhos Acadêmicos: A facilidade em desenvolvê-los.**/ Maria Bernadete Junkes, Maria Lindomar dos Santos. Rolim de Moura/RO: D’press Editora & Gráfica Ltda. – ME, 2007.

APÊNDICES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RODÔNIA-UNIR
CAMPUS DE CACOAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

O presente questionário tem por finalidade de coletar informações para elaboração do artigo de conclusão de curso da acadêmica Jarciley Rodrigues de Almeida, 8º período de administração de empresas da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Sendo este um método de implementar o estudo feito com o cultivo do maracujá delimitando os conceitos de desenvolvimento sustentável na localidade no Distrito de Estrela de Rondônia - RO.

Data: _____

Nome do entrevistado:

Profissão:

Idade:

Cultiva maracujá?

☐ sim ☐ não

1. Já ouviu falar em Sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável?

☐ sim ☐ não

2 Aferição do índice ambiental (IA):

2.1) Método de controle de pragas utilizado na unidade produtiva:

☐ Agrotóxico ☐ Nenhum método ☐ Biológico

2.2) faz utilização de fogo nas atividades agropecuárias:

☐ Sim e ☐ Não

2.3) faz plantio de árvores para fins de conservação de solos:

☐ Não e ☐ Sim

2.4) existe área de reserva de mata nativa na propriedade:

☐ Não e ☐ Sim

2.5) utiliza prática de plantio para evitar a degradação do solo:

☐ Não e ☐ Sim

2.6) casa com sistema de esgoto ou algum tipo de fossa:

☐ Não e ☐ Sim

2.7) faz rotação de cultura:

() Não e () Sim

2.8) se necessário, faz calagem:

() Não e () Sim

2.9) usa esterco animal:

() Não e () Sim

2.10) utiliza o solo de acordo com a sua vocação:

() Não e () Sim

3 Aferição do índice de desenvolvimento econômico e social – IDES.

3.1 Indicador Saúde

- a) Ausência de atendimento médico e ambulatorial (vacinação, primeiros socorros etc);
- b) Atendimento de primeiros socorros;
- c) Atendimento por agente de saúde;
- d) Atendimento médico.

3.2 Indicadores de Educação:

- a) Ausência de escolas públicas ou comunitárias;
- b) Escolas de cursos de alfabetização;
- c) Escolas de ensino fundamental;
- d) Escolas de ensino médio.

3.3 Indicador Habitacional:

Tipo de construção da residência é de:

- a) Casa de madeira;
- b) Casa de tijolo, sem reboco e piso;
- c) Casa de tijolo, com reboco e piso.

3.4A iluminação usada na sua residência é:

- a) lampião a querosene ou a gás ou lamparina e/ou velas;
- b) energia elétrica.

3.5 Indicador Condições Sanitárias e Higiene

Este indicador foi formatado com base em três variáveis, destino dado os dejetos humanos tipo de tratamento dado à água para o consumo humano e destino dado ao lixo domiciliar. Desta forma o indicador Condições Sanitárias e Higiene é decorrentes da soma dessas três variáveis.

3.5.1 Destino dados aos dejetos humanos:

- a) Jogado a céu aberto ou enterrado;
- b) Dirigido à fossa ou rede de esgoto.

3.5.1 Tipo de tratamento dado à água para consumo humano:

- a) Nenhum tratamento;
- b) Fervida, filtrada ou com hipoclorito de sódio.

3.5.2 Destino dado ao lixo domiciliar:

- a) Jogado ao solo ou queimado;
- b) Enterrado ou recolhido através de coleta domiciliar

3.6 Indicador Econômico:

- a) Renda menor 240,00;
- b) Renda entre 240,00 e 720,00;
- c) Renda maior 720,00.

3.7 Indicador Lazer:

- a) Nenhuma infra-estrutura de lazer;
- b) Existência de salões de festas ou campos de futebol;
- c) Existência de campos de futebol e salões de festas;
- d) Existência de campos de futebol, salões de festas e televisor.

4 Aferição do índice de capital social (ICS):

4.1) as pessoas sempre se interessam mais pelo seu bem-estar e de suas famílias, e não se preocupam muito com o bem-estar da comunidade:

☐ Sim e ☐ Não

4.2) frequenta as reuniões da associação:

☐ Não ☐ Sim

4.3) comunicado e convidado para assistir assembléias/reuniões da associação:

☐ Não ☐ Sim

4.4) participa da escolha dos líderes da associação:

☐ Não ☐ Sim

4.5) as decisões são aprovadas em reuniões/ assembléias:

☐ Não ☐ Sim

4.6) apresenta sugestões nas reuniões:

☐ Não e ☐ Sim

4.7) as decisões tomadas são efetivamente executadas pela diretoria:

☐ Não ☐ Sim

4.8) os dirigentes realizam a prestação de contas com os associados:

☐ Não ☐ Sim

4.9) paga taxa mensal:

☐ Não ☐ Sim

4.10) participa na elaboração de eventos sociais:

☐ Não ☐ Sim

4.11) se tiver um problema, sempre aparecerá alguém para ajudar:

☐ Não ☐ Sim

4.12) desempenhou algum cargo ou teve algum tipo de responsabilidade no funcionamento de alguma entidade, associação da sua região ou da sua cidade:

☐ Não ☐ Sim

5. Possuem automóvel:

Sim ☐ Não ☐

6. Possuem telefone:

Sim ☐ Não ☐

Entrevista ao Sr. Mauricio dos Santos, gerente da EMATER no Estrela de Rondônia.

Data:

Formulário:

- 1 Associação da Cultura do Maracujá é formada por quantos agricultores?
2. Qual a área voltada ao cultivo de maracujá que abrangem o distrito de Estrela de Rondônia?
- 3 Para quem produzem?
- 4 Existe algum meio utilizado pelos produtores que faça com que agregue mais valor a produção?
- 5 Há quanto tempo começou-se a plantar maracujá em Estrela de Rondônia?
- 6 Na lavoura do maracujá, usam que tipo de procedimentos para se evitar pragas?
- 7 A seu ver, qual a importância que o APL trás para a região?
- 8 Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos produtores no processo e cultivo do maracujá?
- 9 Quais as expectativas do APL para os próximos anos?
- 10 Os produtores atuam com produtos transformados da fruta do maracujá?
- 11 Qual o período da colheita do maracujá em Estrela de Rondônia?
- 12 Qual a média de produção ano por hectare?